

A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza

Cássia Maria Carloto*

Resumo – Este trabalho tem por proposta apresentar e comentar dados sobre uma pesquisa realizada com mulheres chefes de família monoparental, em situação de extrema pobreza, no município de Londrina, no período de 2003 a 2005. A partir do objetivo principal da pesquisa, qual seja, de identificar, conhecer e analisar o perfil socioeconômico das famílias monoparentais chefiadas por mulheres em situação de extrema pobreza, definimos como universo da pesquisa as mulheres atingidas pelo Programa Bolsa-Escola Municipal. Os dados compilados a partir do cadastramento mostraram que 38% das famílias beneficiadas são monoparentais, tendo a mulher (com exceção de uma família) como responsável pelo domicílio. Neste texto, pretendemos comentar os resultados relativos ao perfil sociodemográfico e o significado da chefia familiar feminina para as mulheres entrevistadas.

Palavras-chave – Família monoparental. Chefia familiar feminina. Família.

Summary – This work has for having intended to present and to comment on data on a research accomplished with women heads of the family single mothers in situation of extreme poverty in the municipal district of Londrina in the period from 2003 to 2005. Starting from the main objective of the research, which is to identify, to know and to analyze the socioeconomic profile of the families single mothers led by women in situation of extreme poverty defined as universe of the research the women reached by the Program Municipal Bag-school. The data compiled starting from the cadastration showed that 38% of the benefitted families are monoparentais, tends the woman (except for a family) as responsible for the home. In this text we intended to comment on the relative results to the partner-demographic profile and the meaning of the feminine family leadership for the interviewed women.

Key words – Family single mothers. Leads family feminine. Family.

Introdução

Cresce nos últimos anos o número de famílias cujo principal provedor é a mulher. As pesquisas e estudos sobre a questão usam termos como chefia familiar feminina, domicílios chefiados por mulheres ou mulheres chefes de família. Cabe assinalar que o ponto comum nestes estudos, e que foi o critério aqui adotado para configurar o universo da pesquisa, é a responsabilidade com o sustento econômico destas famílias por parte das mulheres, mesmo quando a principal renda vem da transferência de benefícios efetuados através de Programas

* Doutora em Serviço Social, Docente no Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina. e-mail: cmcarloto@pop.com.br.

de Renda Mínima, que adotam como critério a mulher como beneficiária em função do melhor uso do recurso em gastos com a manutenção da família, principalmente das crianças.

Conforme Lavinias (1998), muitas pesquisas têm insistido nas dificuldades que a instabilidade conjugal e a mudança na estrutura familiar têm provocado nos setores mais empobrecidos da população, nas quais a mulher passa a acumular sozinha funções de provedora e de responsável exclusiva pela esfera da reprodução.

Tal fenômeno cresce principalmente entre as famílias mais pobres e está relacionada fundamentalmente à menor capacidade de ganho das mulheres, provocada por diversos fatores cujo principal vetor é a condição de gênero articulado à classe e etnia. Segundo Butto (1998, p. 72), “domicílios chefiados por mulheres têm, em média, uma renda menor não porque têm mais crianças ou menos adultos, mas porque a/o chefe do domicílio, sendo uma mulher, ganha menos”.

Segundo dados do PNAD – 1990 (Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio), metade das mulheres que trabalham está no setor informal, destituída de direitos previdenciários. Elas trabalham majoritariamente em tempo parcial, contra apenas 15,5% dos homens. Dentre os trabalhadores que desenvolvem atividades em seu próprio domicílio, 82,2% são mulheres, indicando que as oportunidades de multiplicar suas atividades são restritas à possibilidade de compatibilização entre os limites do espaço e as atividades domésticas. Estes limites ganham maior importância quando se trata de lares pobres e desprovidos de infra-estrutura básica (Lavinias, 1996, p. 467).

A partir de consulta às fichas cadastrais das 450 famílias inscritas no ano de 2002 no Programa Bolsa-Escola do município de Londrina, verificamos que a mulher era a principal responsável pela manutenção econômica em 38,80% dos arranjos familiares, sem a presença do cônjuge e responsável em 21,55% com a presença do cônjuge, totalizando um índice de famílias “chefeadas” por mulheres em situação de extrema pobreza. Esta percentagem está bastante distante do índice nacional, cerca de 26% em 1999, de acordo com Berquó (2002), e confirma a tendência de concentração de famílias chefeadas por mulheres nos estratos mais pobres da população, e também a necessidade de pesquisas local-regionais para um diagnóstico mais exato do fenômeno.

Como aponta Carvalho (1998), uma problemática-alvo de políticas sociais é, antes de tudo, uma construção globalizante, o que faz com que por detrás de um único problema se esconda, muitas vezes, uma diversidade empírica, diversidade esta que procuramos investigar por meio da pesquisa já citada e cujos principais resultados serão comentados a seguir.

A primeira questão que vamos abordar refere-se ao termo chefia familiar feminina. O termo encerra discussões de várias ordens como a própria concepção de família, a relação entre família e domicílio, a de que família tem chefe, o fato de que não se coloca o adjetivo masculino quando se entende que a família em foco tem a presença de um homem provedor na casa. Ressaltamos que nossa pesquisa considerou as famílias cadastradas, assim consideradas pelo Programa Bolsa-Escola de Londrina, que teve como critérios de elegibilidade para acesso ao benefício a base domiciliar com presença de crianças de 0 a 14 anos com renda per capita inferior a meio salário mínimo e a “mãe” como principal beneficiária.

A concepção de família

Em primeiro lugar, a família não é um fenômeno natural de caráter universal, portanto a-histórico. Não é natural a divisão de papéis dentro dela, nem a forma como se constituem o grupo conjugal, a unidade familiar e as relações de parentesco. É uma criação humana e social mutável, histórica, que se define e se transforma conforme a estrutura social dada. É uma instituição que decorre da organização da sociedade. Não só a família se modifica conforme a estrutura social dada, como a cada momento encontram-se diversas conformações de família dadas por rede de parentesco, habitação, grupo conjugal e outras.

A família é um grupo social concreto e empiricamente delimitável, que remete a um modelo cultural e sua representação. É um grupo social composto de indivíduos diferenciados por sexo e idade, que se relacionam quotidianamente, gerando uma complexa e dinâmica trama de emoções. Ela não é a mera somatória dos indivíduos que a compõem, mas sim um conjunto heterogêneo composto de seres com sua própria individualidade e personalidade. Assim, a sexualidade, a reprodução, a socialização são esferas potencialmente geradoras tanto de relações prazerosas quanto conflituosas. A divisão interna dos papéis pode ser a expressão de importantes relações de dominação e submissão, à medida que configura uma distribuição de privilégios, direitos e deveres dentro do grupo (Bruschini, 1990).

O modelo de família atual começa a se consolidar por volta do século XVIII e tem como características a passagem de unidade de produção para unidade de consumo, o estabelecimento de uma rígida divisão entre público e privado, entre o econômico e o pessoal, como se a família estivesse isolada, enquanto grupo social, do contexto político-econômico, sendo que a compreensão da família e da economia como domínio separado é específico da

sociedade capitalista. Estabelece-se também uma rígida divisão sexual dos papéis e atribuições; o isolamento da mulher no espaço doméstico-familiar, com a socialização do trabalho dos homens e a domesticação do trabalho das mulheres. As mulheres vão ingressar na produção social, mas continuam responsáveis pela esfera doméstica.

A família passa a ser o paradigma do privado, o espaço da vida doméstica, das relações interpessoais, o lugar do feminino e da subjetividade. Passa a ter um importante, senão fundamental, papel ideológico, na transmissão dos valores e da moral burguesa, na socialização das crianças, nos cuidados dos velhos e doentes.

Como assinala Zaretsky (1976), enquanto a família foi uma unidade produtiva baseada na propriedade privada, os seus membros consideravam que a sua vida doméstica e as suas relações pessoais estavam enraizadas no trabalho mútuo. A proletarização separou a maior parte das pessoas ou famílias da posse da propriedade produtiva, fazendo prevalecer a idéia de família como domínio separado.

A rígida divisão de papéis e trabalho, opondo a esfera produtiva à esfera reprodutiva, coloca no senso comum, como modelo de família “normal”, os homens como provedores e as mulheres como responsáveis pela esfera doméstica, numa composição familiar onde moram na mesma casa: pai, mãe e, preferencialmente, (nos dias atuais), dois filhos. Sabemos, sem precisar recorrer a nenhum estudo mais aprofundado, que este modelo não corresponde à realidade tanto no que diz respeito aos arranjos familiares quanto ao que concerne à manutenção econômica.

Segundo Moser (1986), este modelo abstrato, estereotipado, tem como principal problema o fato de que não reconhece que a situação das “donas de casa” nas camadas mais pobres, não é homogênea em termos de estrutura familiar e, mesmo que a família nuclear seja o modelo predominante, isto não implica que não coexistam outros tipos de família. Moser chama a atenção para as famílias “encabeçadas” por mulheres. Nelas o homem está ausente, seja temporariamente (migração), seja de forma permanente (separação, morte, abandono). No nível mundial, estima-se que um terço das famílias tem a mulher como chefe do lar.

Moser nos alerta para o fato de que as condições econômicas destas mulheres variam consideravelmente, dependendo de uma diversidade de fatores como estado civil, acesso a funções remuneradas e, finalmente, a composição da unidade doméstica.

Leser de Mello (2002, p. 53) também chama a atenção para o modelo abstrato de família e do cuidado que se tem que tomar nas pesquisas com a mesma. Para a autora, “qualquer análise conceitual da família não pode ignorar os preconceitos e nem lhes dar voz”:

O primeiro passo, a meu ver, para proceder à descoberta de ferramentas conceituais que possam oferecer um arcabouço teórico para a compreensão da família, deve partir da delimitação do espaço conceitual. Para isso, é preciso abandonar, pelo menos no primeiro momento, as pretensões de universalidade. Não existe essa abstração que é a família.

Prosseguindo em seu comentário, Leser de Mello (idem), comenta que, embora a representação de família seja sempre compreensível, ela não é idêntica. É necessário explicitar de que família estamos falando, de que país, estrato social e do momento.

Os instrumentos de análise devem ser criados a partir da pesquisa. Os grandes esquemas conceituais e explicativos revelam-se falhos quando confrontados com a realidade. Não a explicam e, muitas vezes, servem para confundir modelos abstratos – que dizem o que deveria ser – com o modo como se apresentam as famílias e como se adaptam para fazer face à realidade.

Partindo dessa concepção, procurando apoio não em estereótipos e modelos abstratos e sim na realidade pesquisada, apresentamos o perfil sociodemográfico dos domicílios investigados. Ressaltamos que estamos apresentando um perfil que se refere a arranjos domiciliares onde prevalece a presença de mulheres e crianças, com relação de consangüinidade – mães e filhos. Arranjo domiciliar não corresponde necessariamente a arranjos familiares e nem a visão que os próprios moradores desses domicílios têm desses arranjos e do que eles consideram sua família.

Perfil sociodemográfico

Um primeiro aspecto a destacar é a faixa etária das mulheres. Cerca de 80% está concentrada na faixa de 30 a 49 anos, conforme Tabela 1. Esses números contrariam a média do Estado do Paraná, apontada em pesquisa feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), na qual prevalecem, aproximadamente, 46% de famílias chefiadas por mulheres jovens entre 10 e 25 anos.

Tabela 1
Faixa etária

Grupos de idade	Porcentagem
25 a 29 anos	7,22
30 a 39 anos	54,58
40 a 49 anos	31,82
50 a 61 anos	6,38

Fonte: A chefia familiar feminina e as famílias em condição de extrema pobreza no município de Londrina.

Os dados, a partir das fichas cadastrais, mostram a seguinte composição familiar nos domicílios:

Tabela 2
Composição familiar

Filhos	76,67%
Netos	2,08%
Outros	0,92%
Irmãos	0,46%
Em branco	19,87%

Fonte: A chefia familiar feminina e as famílias em condição de extrema pobreza no município de Londrina.

Como assinalamos, os critérios para elegibilidade no programa bolsa-escola acaba por determinar/privilegiar este tipo de arranjo familiar, no qual predomina a figura de um adulto, no caso a mulher, e filhos, já que o benefício tem por meta atingir crianças em idade escolar. Vejamos a Tabela 3, que mostra o número de filhos.

Tabela 3
Número de filhos

Número de filhos	Porcentagem
1	11,34
2	15,46
3	28,86
4	20,64
5	13,40
6+	10,30

Fonte: A chefia familiar feminina e as famílias em condição de extrema pobreza no município de Londrina.

Em relação ao número de filhos, prevaleceram as famílias com 3 filhos (28.86%), vindo na seqüência, 19.46% com 4 filhos, 15.46% com 2, 13.40% com 5, 11.34% com 1 e 10.30% com 6 filhos ou mais (Tabela 3).

O número de filhos destas famílias comprova a observação de Carvalho (1998), sobre a associação entre a chefia e os domicílios compostos por população infantil, sendo que a mulher é, na maioria das vezes, o único membro adulto com algum rendimento.

Na tabela seguinte, observamos a faixa etária dos filhos.

Tabela 4
Faixa etária dos filhos

Grupos de idade	Porcentagem
0 a 3 anos	11,87
4 a 6 anos	15,62
7 a 10 anos	26,87
11 a 15 anos	30,65
16 a 18 anos	10,31
19 anos ou mais	4,68

Fonte: A chefia familiar feminina e as famílias em condição de extrema pobreza no município de Londrina.

A maioria estava entre 7 e 15 anos, totalizando 57,49%, seguida de 0 a 6 anos, num total de 27.49%; 10.31%, de 16 a 18 anos; e 4.68%, de 19 anos ou mais (ver Tabela 4).

Há, portanto, um grande número de crianças pequenas que precisam de cuidados, tendo um número significativo de crianças que necessitariam de acesso a serviços de Educação Infantil, e sabemos que estes não conseguem atingir o número de vagas necessárias. Isso, com certeza, aumenta o trabalho destas mulheres e as impossibilita de procurar alternativas melhores de trabalho já que o papel a elas atribuído na esfera doméstica, principalmente no cuidado dos filhos, amplia consideravelmente sua carga de trabalho e de responsabilidades, fragmentando o uso de seu tempo e de suas atividades.

Este tipo de arranjo denominado de família monoparental tem crescido principalmente entre as famílias mais pobres e, tendo em vista a amplitude do fenômeno no universo pesquisado, pretendemos tecer algumas considerações acerca da monoparentalidade.

Para Vitale (2002), lares monoparentais são aqueles em que vive um único progenitor com os filhos que não são ainda adultos. Neste sentido, devemos considerar a questão das

mulheres chefes de família que acumulam a responsabilidade pelo sustento da família com o cuidado com a casa e com os filhos.

No Brasil é a partir dos anos 70 que as mulheres chefes de família passam a ter visibilidade e conquistam um lugar entre as pesquisas sociológicas; além disso, é só no Censo Demográfico de 1980 que a categoria chefe passou a designar a pessoa (homem ou mulher) responsável pelo domicílio ou pela família (Barroso e Bruschini, 1981, p. 40).

Nos lares monoparentais de nossa pesquisa chefiados por mulheres, podemos observar que, comumente, ela não conta com nenhum tipo de apoio do pai de seus filhos, conforme explícito no relato seguinte: “Porque os maridos vão embora e acaba sobrando para as mulheres, pra ficar com os filhos... ele não tem responsabilidade” (Neusa).

Nestas condições, a mulher se vê responsável pela família e assume uma dupla jornada de trabalho, na tentativa de suprir as necessidades do lar. Segundo Barroso e Bruschini (1981), essa dupla jornada de trabalho geralmente vem acompanhada de uma dupla carga de culpa por suas insuficiências, tanto no cuidado das crianças quanto na sua manutenção econômica. Insuficiências estas que, segundo as autoras, tem suas raízes nas condições geradas pela sociedade, e que, no entanto, esses fatores sociais são ocultados pela ideologia que coloca a culpa na vítima.

Essa realidade é ainda mais complexa quando observamos que além de um contingente de filhos, agora enteados, netos e bisnetos são agregados às essas famílias, vivendo sob responsabilidade da mulher, conforme dados registrados pelo Censo de 2000.

Podemos associar, também, a monoparentalidade à pobreza, visto que também na realidade pesquisada fica evidente essa condição.

Tabela 5
Renda

Sem renda	38,14%
Até 1 salário mínimo	58,76%
1 a 2 salários mínimos	3,09%

Fonte: A chefia familiar feminina e as famílias em condição de extrema pobreza no município de Londrina.

A maioria das famílias, conforme mostra a Tabela 5 (58,76%), no momento de ingresso no Programa Bolsa-Escola, recebia até um salário mínimo, seguidas daquelas que não possuíam renda (38,14%), e apenas 3,09% recebiam de 1 a 2 salários mínimos.

Ressaltamos que um dos critérios para receber o auxílio era ter uma renda de no máximo meio salário mínimo per capita por família.

Segundo Sanches (2001), apoiado por pesquisas nas regiões metropolitanas no ano de 2000, os lares chefiados por mulheres possuem renda familiar inferior aos lares onde os homens são os chefes de família. Para a autora, nas famílias chefiadas por mulheres, encontram-se as maiores taxas de desemprego em relação ao chefe do domicílio. “Ao lado da menor remuneração das mulheres no trabalho, essas taxas mais elevadas compõem também o quadro da renda familiar sempre inferior encontrada nesses lares, quando comparado aos lares chefiados por homens” (Sanches, 2001, p. 153).

Vitale (2002) afirma que a associação entre monoparentalidade e pobreza pode construir um estigma de que as mulheres são menos “capazes” de cuidar de suas famílias sem um homem. Por outro lado, é apontado que as mulheres ganharam mais independência e por isso podem assumir suas famílias. Entretanto, esta associação acaba por fortalecer muito mais a adjetivação dessas famílias como vulneráveis ou de risco do que como potencialmente autônomas.

A autora cita a circulação de crianças que ocorre entre as famílias pobres, por se constituir esta “como uma rede com um sistema de obrigações morais” (apud Attias-Donfut e Lapierre, 1997; Sarti, 1996; Fonseca, 1987). Esses traços entre as gerações representam para as famílias monoparentais uma estrutura de apoio que “tem por base tanto aspectos vinculados à sobrevivência quanto aspectos culturais no que se refere às trocas recíprocas nas redes sociais” (apud Attias-Donfut e Lapierre, 1997; Sarti, 1996; Fonseca, 1987).

Contudo, Vitale lembra que esse sistema de trocas familiares é marcado por laços de solidariedade, mas também pelo conflito. Ela coloca o limite dessa solidariedade familiar e ressalta o encolhimento da responsabilidade do Estado e a ausência de políticas públicas consistentes ante as questões sociais que se expressam no âmbito familiar.

Outro ponto destacado pela autora é a dimensão da pobreza que se aprofunda quando vinculamos monoparentalidade, sexo e etnia, pois as famílias monoparentais chefiadas por mulheres negras têm se mostrado com menores condições de oferecer cuidados básicos para seus filhos. A relação entre monoparentalidade e etnia expressa condições de vida ainda mais difíceis para esses grupos.

Para Carvalho (1998), existe uma complexidade dos vínculos entre a pobreza e a chefia feminina. Primeiramente, porque nem sempre a chefia feminina surge de condições de empobrecimento. Isso se deve aos processos sociais que dão melhoria à posição relativa da mulher na sociedade; a decisão da mulher de permanecer sozinha; a migração familiar

temporária para a otimização de oportunidades de trabalhos e pelo suporte da rede de parentesco ou ajuda do Estado.

Em segundo lugar, não se tem certeza se domicílios chefiados por homens ou domicílios com vários trabalhadores dão garantia de um melhor nível de vida para todos os membros que os compõem. Nos domicílios pobres, chefiados por mulheres, constata-se que há uma melhor distribuição de recursos e acesso mais democrático de todos os membros aos recursos.

A chefia familiar feminina

É Carvalho (1998) quem nos fornece importantes elementos para esta discussão. Para a autora, o conceito de chefia familiar tem suas origens nas leis que regiam a família em sociedades antigas. Era normalmente empregado para designar a um único membro – normalmente ao homem mais velho – o poder sobre os demais membros do domicílio. Em relação a isso cabe observar que, num levantamento de dados para um trabalho de conclusão de curso orientado por nós, muitas mulheres, quando indagadas sobre quem é o chefe da família, se referiram ao membro mais velho. Isso nos alerta para o fato de que a denominação chefia familiar é atribuída (de fora) e que adquire diferentes significados para as famílias.

Voltando a Carvalho (1998, p. 77), a autora comenta que o conceito de famílias conjugal e nuclear, chefiado pelo provedor masculino, é uma construção duplamente problemática: “Nem as famílias nem os domicílios são necessariamente conjugais ou nucleares, nem tampouco exclusivamente chefiados por membros masculinos” (Carvalho, 1998, p. 77).

A autora em referência chama a atenção também para o fato de que a denominação chefia familiar é em si reveladora, “pois é empregada tão-somente quando o homem adulto não está presente, como se a família chefiada por mulheres fosse uma anomalia, pois não se faz discriminação da terminologia por gênero quando a situação é inversa”. A autora completa comentando que a tradição nos recenseamentos, nos programas governamentais, nas práticas sociais quotidianas, tem imposto um padrão de autoridade e de responsabilidade econômica familiar que nem sempre corresponde à realidade ou é reconhecida pela própria família.

De modo geral, chefia familiar é em si um conceito tendencioso, que traz implícito um sistema patriarcal de governância e a noção de ausência de

conflitos internos quanto à alocação de recursos entre o membro do domicílio (Folbre, 1991, p. 7; apud Carvalho, 1998).

De acordo com Youssef e Hetler, apud Carvalho (1998), para se identificar as diferentes formas de chefia feminina domiciliar, o referencial mais utilizado é a chefia de jure ou de facto. Esta é definida pela manutenção feminina e não implica, necessariamente, a ausência masculina. Aquela é definida pela ausência do companheiro/marido e não implica, necessariamente, a manutenção feminina. Também se tem a combinação da ausência masculina e a manutenção feminina.

Para efeito dessa pesquisa, por ora, usaremos o termo chefia feminina, por ser meio seguro, como afirma Carvalho, para se identificar e selecionar famílias em situação particular de desvantagem e vulnerabilidade dentro do universo da população pobre.

Por tratar-se de famílias monoparentais com crianças pequenas, sem a figura de um adulto do sexo masculino e sem qualquer tipo de apoio por parte do pai das crianças, não houve dificuldades para nossas entrevistadas de se reconhecerem como chefes de família:

Eu me considero porque a *responsabilidade é toda minha* (Mara).

Ah, sim, porque *é eu que tenho que sozinha* cuidar da casa, dos filhos, de tudo né (Luci).

Eu me considero, igual eu disse, não é chefe, mas eu me considero assim, eu sou..., a cabeça da minha casa... *porque é eu que assumo as responsabilidades*, né, é eu que tenho que assumir as responsabilidades, porque eu não posso contar com os meus filhos (Lucimar).

Eu me considero,... porque *tudo é eu*, tudo é eu,... mãe eu quero isso, mãe eu quero aquilo, eu tenho que dar uma “remendada”, e fico assim, esse mês eu não vou comprar isso, e vou ver se eu compro alguma coisinha pra eles, então é aí que acaba acontecendo que..., *em casa mesmo, é só eu* (Neusa).

Para essas mulheres, a chefia familiar não está relacionada apenas à manutenção econômica, mas principalmente à responsabilidade com os filhos.

Ah, eu penso que é muita responsabilidade pra gente que é chefe de família, muita dor de cabeça (Luci).

[...] é duro, dificultoso, não é bom ser chefe de família, porque a gente esquentava muita a responsabilidade [...] (Lais).

É tão difícil! Muitas mulheres têm que ser responsável [...] (Mara).

Ah, dá dó viu, dá dó, porque é muita coisa pra elas, e muita coisa [...] mas pra mim é dificuldade [...] (Neusa).

Eu acho que elas são uma batalhadoras, elas assumem a casa, [...] (Lucimar).

Ao serem indagadas por que são as mulheres que assumem as responsabilidades, a maioria das respostas evidenciou a responsabilidade, carinho e amor como aspectos presentes apenas nas posturas de mulheres e mães:

Eu acho que as mulheres são mais responsáveis que muitos homens [...] porque tudo o que a mulher faz, *ela tem mais responsabilidade*, ela assume mais, não sei porque, mas sempre é assim (Mara).

Porque os maridos vão embora e acaba sempre sobrando para as mulheres, pra ficar com os filhos [...], *eles não têm responsabilidade* (Neusa).

Porque geralmente os homens não têm capacidade (Luci).

Eu acho que *nós mulheres somos mais carinhosas com os filhos, marido não liga* muito; homens não ligam, *pra eles é fazer*, trabalhando e *colocando no mundo tá bom*, isso pra eles é o máximo que eles acham que é, a gente que é mulher, a gente vê o que falta, o que precisa, o que os filhos não têm, a gente atende toda a hora, sempre (Lucimar).

Eu não sei por que, sei lá, parece que o homem tem menos amor que as mães [...] porque *eu não teria a coragem de abandonar os meus filhos* (Lais).

As meninas, mulheres e mães são direcionadas a sentimentos como carinhos, amor, cuidado e responsabilidade pelo filhos, e meninos, homens e pais, a posturas firmes, de repressão, correção e mando dos filhos. As mulheres mostraram considerar o homem irresponsável e despreocupado com os filhos, além de colocarem o cuidado, carinho e amor como adjetivos femininos.

Essas opiniões acabam por aceitar e justificar as atitudes masculinas, e também demonstrar o quanto a mulher torna-se presa à família, a seus papéis e responsabilidades, não tendo assim a possibilidade de abandonar a família e os filhos.

Entretanto, para algumas, a condição de chefe se dá pela ausência do homem/pai. Se o homem estivesse presente, ele deveria ser o chefe.

Quando indagadas se a família tem que ter chefe, obtivemos as seguintes respostas:

Eu acho que tem que ter chefe sim, e geralmente tem que ser o homem [...] Como se diz: A mulher está sendo mais chefe do que homem; tem muito homem que está dentro de casa só pra dizer que tem homem em casa, mas não é o chefe [...]. Mas, por mais que a mulher seja a dona da casa, ela sempre sofre um preconceito, ainda acham que é os homens que é o chefe (Mara).

Eu acho que tem, [...] ah, muitas vezes a gente fala que é o marido, mas se tivesse um marido bom, né, um marido que reconhecesse, mais infelizmente [...] ah, porque pelo menos ele ajuda, né, [...] tendo o homem dentro de casa, a mulher fica mais segura, [...] pra ajudar a educar os filhos, porque eles têm medo do pai, né (Neusa).

Ah, tem que ter, [...] o certo mesmo, tem que ser o homem, né, [...] ah, porque o homem é superior à mulher, porque quando a mulher tem o homem, tem que ser o homem, e quando não tem, tem que ser ela mesma [...] ah, porque é feio a mulher ter um homem em casa e ela tem que fazer tudo[...] (Lais).

Essas mulheres, ao ligarem a chefia familiar à figura masculina, demonstram o quanto ainda prevalece a visão tradicional de família, composta por um homem chefiando e tendo poder do grupo familiar.

As mulheres pesquisadas, além de definirem o homem como chefe da família, apontaram para o sentimento de segurança, através da figura masculina dentro de casa.

Dois respostas divergem das demais, colocando a responsabilidade em ambos os sexos:

Ah, tem que ter chefe sim,... pode ser o homem, ou a mulher, tanto faz,... Porque os dois têm capacidade de ser chefe, tanto o homem, quanto a mulher (Luci).

Eu acho que não, eu acho que morando junto assim, casal, cada um deve saber da sua responsabilidade de ajudar um ao outro, sem essa de ter chefe, e eu tenho que fazer isso porque eu sou chefe... (Lucimar).

Foi também levantado o desejo de mudança da situação. Metade das respostas não demonstrou o interesse de mudança, e a outra metade o desejo de modificar a situação da chefia foi expressa, porém colocaram a impossibilidade dessa mudança.

Ah, eu não gostaria de mudar isso não, eu gostaria que, [...], igual eu falei, que eu gostara de arrumar um bom serviço e um bom salário (Luci).

Não, não gostaria. Gostaria de continuar do jeito que eu tô, eu mesma, cuidando dos meus filhos, da minha casa e vivendo a minha vida (Lucimar).

Essas duas mulheres não evidenciaram a vontade de mudança em sua condição; demonstraram serem capazes de manter a família, e isto está relacionado a ter emprego. Na entrevista de Luci, verificou-se que ela sempre foi chefe de família, pois, segundo ela mesma, “eu sempre fui mãe solteira”, e também demonstrou ter facilidade de arrumar ocupação como diarista. Essas informações apontam certa “independência” dessa mulher, que se considera capaz de cuidar dos filhos, e assim almeja um “bom serviço e um bom salário”.

E no caso de Lucimar, por ela estar trabalhando e conseguindo minimamente manter a sua família, demonstrou também o desejo de continuar sendo chefe de família.

Porém nas respostas de Mara e Laís:

De ser responsável é meio difícil agente mudar viu, [...] era bom se pudesse Mara).

Não..., ah mas eu gostaria se pudesse ter uma pessoa pra me ajudar, pra continuar assim, porque eu já acostumei assim, e continuar como sou. Vamos supor: se hoje eu arrumasse alguém na minha vida, aí a gente ia dividir juntos os problemas (Laís).

Nessas respostas vimos o interesse em arrumar um companheiro e receber assim uma ajuda não só para a manutenção da família, mas também para compartilhar responsabilidades e problemas. Essa família almejada é determinada, porém, pelas relações e papéis de gênero já estabelecidos, é composta por marido, mulher e filhos e cada um com sua função dentro desse núcleo. Tornou-se visível, também, a insatisfação pessoal dessas mulheres e talvez a solidão que essa condição de chefe de família acarreta.

Conforme as indicações dessas respostas, perguntamos também se existia possibilidade de mudar a situação de chefe de família. Mara e Laís responderam:

Eu acho que não tem como mudar, eu gostaria, mas não tem condições de... é bem difícil mesmo que eu arrume um companheiro, [...], e essas coisas não funcionam direito, porque muitos falam: seu filho é isso, é aquilo, e eles são responsabilidade sua e não minha (Mara).

[...] se eu pudesse mudar..., mas é difícil, ah, não tem como mudar não, só depois que todos crescerem e estiverem cuidando da vida, e enquanto tiver todos na minha responsabilidade não tem jeito de mudar não (Laís).

As entrevistadas apontaram então que a chefia familiar feminina é uma posição impossível de ser mudada, pois, mesmo com a presença de um companheiro, os seus filhos e a sua casa continuariam sendo responsabilidade delas. Na fala dessas duas mulheres ficou também demonstrado desânimo em relação a essa condição e à contínua responsabilidade que elas têm.

Contudo, observamos que, as mulheres chefes de família passam por uma agravante situação de dificuldades, principalmente no que tange ao aspecto da sobrevivência. Segundo Macêdo (2001, p. 72) – em sua análise dos dados de sua pesquisa com grupo de mulheres de Salvador –, as mulheres na posição de chefe de família, enfrentam as dificuldades e necessidades mais elementares, como o alimento e a moradia.

Segundo essa autora, todo esse quadro de problemas e dificuldades leva as mulheres a um sentimento de impotência, em especial nas situações em que as mulheres não contam com o apoio de outras pessoas, famílias, ou seja, não têm acesso à rede de parentesco e ajuda mútua, ou ainda quando os recursos destas são também limitados.

A chefia familiar feminina é um fenômeno que cresce em todo mundo, representando a quarta parte de todas as famílias do mundo (Soares, 2003). O Brasil, como já assinalado,

não fica fora deste padrão, apresentando também uma característica comum aos outros, que é o aumento do percentual entre as famílias mais pobres. É um fenômeno, portanto, que está associado a outro também crescente, que é a chamada “feminização da pobreza”, ou, colocado de forma que consideramos mais apropriada, o crescimento da pobreza entre as mulheres.

Por outro lado, a condição de gênero, a responsabilidade pela esfera doméstica, pelo cuidado dos filhos sem uma rede de proteção social, sem acesso a um trabalho e salário dignos, potencializa a condição de vulnerabilidade, ficando a mulher dependente de benefícios providos pelas políticas de assistência, que por sua vez, além de quantitativamente baixos, são seletivos, focalizados e temporários.

Finalizando, as propostas de políticas públicas de combate à pobreza devem considerar que a condição de vulnerabilidade destas mulheres está marcada pela condição de gênero, classe e etnia, exigindo como afirma Fraser (2002) um olhar bifocal que contemple a dimensão da distribuição e a dimensão do reconhecimento/status.

Referências

- BRUSCHINI, C. *Mulher, casa e família*. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 1990.
- ; BARROSO, C. Sofridas e mal pagas. *Cad. Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 37, 1981.
- BUTTO, A. Gênero, família e trabalho. In: *Mulher e política*. São Paulo: Editoria Fundação Perseu Abramo, 1998.
- CARVALHO, L. Famílias chefiadas por mulheres: relevância para uma política social dirigida. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 57, jul. 1998.
- FRASER, Nancy. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. (Orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, Editora 34, 2002.
- IPARDES. Famílias pobres no Estado do Paraná. Curitiba: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, 2003.
- LAVINAS, L. Gênero, cidadania e políticas urbanas. In: *Globalização, fragmentação e reforma urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- . As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. In: *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJ, v. 4, n. 2, 1996.
- LESER DE MELO, S. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. (Org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MACEDO M. S. Tecendo os fios e segurando as pontas: mulheres chefes de família em Salvador. In: BRUSCHINI, C.; PINTO R. C. (Orgs.). *Tempos e lugares de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Editora 34.
- MOSER, C. A theory and methodology of gender planning: meeting practical and strategic gender

needs. *Gender and Planing Working Papers*, n. 11. Developement Planning Unit. University College London, 1986.

SANCHES, S. As condições sociais básicas das famílias chefiadas por mulheres. In: *Mulher e trabalho*. Publicação Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. 2001.

VITALE, M. A. F. Famílias monoparentais: indagações. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 71, especial, 2002.

ZARETSKY, E. *O capitalismo, a família e a vida privada*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.